

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 24/SES/GAB-JRECURSOS/2024****PROCESSO Nº 1320.01.0041275/2022-03****JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL****ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde de Formiga**UNIDADE VISITADA:** Santa Casa de Caridade de Formiga /Hospital São Luiz de Formiga**MUNICÍPIO:** Formiga**SEI:** 1320.01.0041275/2022-03**ATIVIDADE SISAUD:** 708**RECORRENTES:**

- Secretaria Municipal de Saúde de Formiga, representada pelo **Sr. G.R.F.** (Secretário Municipal de Saúde).
- Santa Casa de Caridade de Formiga, representada pela **Sra. M.A.C.** (Gestora Executiva - a partir de 27/08/2018);

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria especial realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Divinópolis e Uberlândia, no Sistema Municipal de Saúde de Formiga, tendo como unidade visitada a Santa Casa de Caridade de Formiga, no período compreendido entre 29/11 e 01/12/2022.

A auditoria em questão ocorreu atendendo à demanda de origem da Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio (PDOP)/Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, encaminhada à AUDSUS pela Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde – SUBPAS/SES-MG por meio do Memorando SES/SUBPAS nº 376/2022, para verificar e avaliar se a Santa Casa de Caridade de Formiga e a SMS cumpriram com os requisitos mínimos exigidos em relação à equipe mínima e as obrigações previstas no âmbito do Programa Estadual Rede Resposta às Urgências e Emergências, com abrangência em 1º de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

Após a emissão dos relatórios finais de auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº 702/2023, 703/2023, 704//2023, 705/2023, 706/2023, 707/2023, 708/2023 e 709/2023, em virtude de constatações não conformes seguidas de penalidades e/ou medida corretiva, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final SMS de Formiga

- Penalidades de Advertência Escrita:

1 – *Constatação nº 659654* - A SMS de Formiga não formalizou instrumento jurídico com a Santa Casa de Caridade de Formiga para o repasse e acompanhamento dos recursos financeiros referentes ao Programa Estadual Rede Resposta nos períodos de 01/12/2012 a 01/12/2013 e de 01/05/2014 a 20/07/2014.

2 – *Constatação nº 659655* - Os Instrumentos jurídicos firmados entre a SMS de Formiga e a Santa Casa de Caridade para repasse de recursos financeiros, não estão condizentes com as regras do Programa Estadual Rede Resposta Hospitalar.

3 – *Constatação nº 659656* - Ausência de comprovação da execução pela SMS de Formiga das ações de fiscalização relativas à execução do Termo de Compromisso nº 291/2946 e seu anexo, no que tange ao indicador "Equipe mínima presente nos plantões em 100% do período" na Santa Casa de Caridade de Formiga.

4 – *Constatação nº 659657* - A SMS de Formiga não preencheu os documentos necessários para compor o processo digital de acompanhamento, controle e avaliação no Sistema GEICOM relativo a Santa Casa de Caridade de Formiga referente ao Programa Rede Resposta e de acordo com Termo de Compromisso nº 291/2.946 - OESTE.

5 – *Constatação nº 659658* - As informações inseridas no Sistema GEICOM, pela SMS de Formiga não são compatíveis com os dados apurados em relação ao indicador: à manutenção da equipe mínima presente em plantões no período dezembro/2012 a dezembro/2014 conforme Termo de Compromisso nº 291/2.946 - OESTE.

Relatório Final no Hospital Santa Casa de Caridade de Formiga:

· Penalidades de Advertência:

6 – *Constatação nº 659648* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível III, no período dezembro de 2012 a março de 2013 conforme Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 3.511/2012.

7 – *Constatação nº 659649* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível II, no período abril de 2013 a outubro 2014 conforme Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 3.794/2013.

8 – *Constatação nº 659650* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível II + nível I (IAM), no período de novembro a dezembro de 2014 conforme Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 4.554/2014.

9 – *Constatação nº 659652* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não disponibilizou mensalmente à SMS a documentação comprobatória da execução dos serviços conforme fluxo de encaminhamento pactuados com a SES e previstos no Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE.

10 – *Constatação nº 659653* - As informações registradas na documentação comprobatória da execução dos serviços assistenciais geradas pela Santa Casa de Caridade de Formiga não são compatíveis com os dados apurados em relação à manutenção da equipe mínima, de forma presencial, no período dezembro/2012 a dezembro/2014, conforme Termo de Compromisso 291/2.946.

· Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos:

11 - *Constatação 659651* - Recebimento de recurso financeiro estadual referente ao Programa Rede Resposta Hospitalar sem implantação da equipe mínima prevista na legislação.

PARECER

O Recorrente, **SMS**, representado pelo **Sr. G.R.F.**, Secretário Municipal de Saúde, interpôs recurso ao Relatório Final de Auditoria, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 702/2023, por meio do Ofício 075/2024 (**83488947**).

A Santa Casa de Caridade de Formiga, representada pela **Sra. M.A.C.**, Gestora Executiva (**a partir de 27/08/2018**), em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 703/2023, enviou manifestação (**Ofício nº 0316/2023. 79129186**, por meio da SOCIEDADE DE ADVOGADOS MONTEIRO & SOUSA.

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

· Relatório Final do SMS de Formiga:

1 – *Constatação nº 659654* - A SMS de Formiga não formalizou instrumento jurídico com a Santa Casa de Caridade de Formiga para o repasse e acompanhamento dos recursos financeiros referentes ao Programa Estadual Rede Resposta nos períodos de 01/12/2012 a 01/12/2013 e de 01/05/2014 a 20/07/2014.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A análise da documentação inserida pela SMS de Formiga no SEI e disponibilizada in loco para os auditores permitiu verificar que não houve formalização através de instrumentos jurídicos repasse e acompanhamento dos recursos financeiros referentes ao Programa Estadual Rede Resposta Hospitalar com a Santa Casa de Caridade de Formiga no período completo de abrangência da auditoria, dezembro de 2012 a dezembro de 2014. A Santa Casa de caridade de Formiga se tornou participante do referido programa a partir da competência dezembro de 2012 classificada como nível III, sendo reclassificada para nível II a partir de abril de 2013 e para o nível II + nível I (IAM) a partir novembro de 2014.

Foram celebrados o Convênio Nº 029/2013 e o Convênio Nº 031/2014. O Convênio Nº 029/2013 foi assinado pelo prefeito, pelo gestor de saúde e o provedor da Santa Casa de Caridade de Formiga, datado de 02/12/2013, com vigência até 30/04/2014, prorrogável mediante termo aditivo. Foi autorizado pela Lei Municipal Nº 4835/2013, tendo como objeto (a cooperação mútua no desenvolvimento das ações de saúde pública, mais especificamente, os custeios das equipes de urgência/emergência que compõem a Rede de Resposta Hospital, Hospital Geral de Urgência nível II, nos termos da Resolução 3511/2012 da Rede Resposta Hospitalar). O Convênio Nº 031/2014 foi assinado pelo prefeito, pelo gestor de saúde e o provedor da Santa Casa de Caridade de Formiga, datado de 21/07/2014, com vigência até 21/07/2015, prorrogável mediante termo aditivo. Foi autorizado pela Lei Municipal Nº 4899/2014, tendo como objeto (a cooperação mútua no desenvolvimento das ações de saúde pública, mais especificamente, os serviços de urgência/emergência que compõem a Rede de Resposta Hospital, Hospital Geral de Urgência nível II, nos termos da Resolução 3511/2012 da Rede Resposta Hospitalar). Dessa forma, foi constatado o período de 01/12/2012 a 01/12/2013 não foram apresentados documentos que comprovem a formalização de instrumentos jurídicos para os repasses e acompanhamento dos recursos financeiros, bem como termo aditivo do Convênio 029/2013 para o período de 01/05/2014 a 20/07/2014."

Não houve manifestação para essa constatação.

2 – *Constatação nº 659655* - Os Instrumentos jurídicos firmados entre a SMS de Formiga e a Santa Casa de Caridade para repasse de recursos financeiros, não estão condizentes com as regras do Programa Estadual Rede Resposta Hospitalar.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A análise dos Convênios nº 029/2013 e nº 031/2014 formalizados entre a SMS de Formiga e a Santa Casa de Caridade para repasse de recursos financeiros, demonstrou que os mesmos não estão condizentes com as regras do Programa Estadual Rede Resposta Hospitalar. O Convênio nº 029/2013, datado de 02/12/2013, com vigência até 30/04/2014 e o Convênio nº 031/2014, datado de 21/04/2014 com vigência até 21/07/2015, tem como objeto a cooperação mútua no desenvolvimento das ações de saúde pública, mais especificamente, os custeios das equipes de urgência/emergência que compõem a Rede de Resposta Hospitalar, Hospital Geral de Urgência nível II, nos termos da Resolução 3.511/2012 da Rede Resposta Hospitalar. Apesar da classificação da Santa Casa ser realmente nível II esses fazem referência à resolução incorreta. A Resolução SES/MG nº 3511/2012 determinou o incentivo financeiro para Santa Casa de Caridade de Formiga como participante do programa, classificada como Hospital Geral de Urgência Nível III. A resolução correta seria Res SES/MG nº 3794/2013 até o mês de outubro de 2014. A partir de novembro de 2014 seria necessário alteração do Convênio nº 031/2014 com referência à Res SES/MG nº 4554/2014 que alterou a classificação, passando para nível II + nível I (IAM) e o valor do repasse financeiro. As cláusulas dos convênios não fazem referência ao Termo de Compromisso nº 291/2.946 - OESTE assinado pelo município aderindo ao programa Rede Resposta Hospitalar. Neste termo está expresso obrigações do município e da entidade beneficiada. A inobservância de tais obrigações comprometeu, na execução dos recursos tanto pelo município, quanto pela entidade beneficiada, conforme evidenciado pela Tabela 01 - Recursos Rede Resposta Hospitalar dez/2012 a dez/2014: a) desrespeito do limite de 5 (cinco) dias úteis para o repasse ao beneficiário do recurso financeiro estadual após o recebimento do mesmo pelo município. b) a movimentação dos recursos financeiros repassados em conta corrente não específica e não exclusiva para o programa por parte da entidade beneficiada. Durante o período foram utilizadas 3 (três) contas distintas para o repasse. As referidas contas receberam, no período analisado, créditos referentes produção de convênios particulares (CASSI e UNIMED), créditos provenientes de outras contas da Santa Casa e créditos provenientes de depósitos, via malote."

Manifestação do Auditado:

Não houve manifestação para essa constatação.

3 – *Constatação nº 659656* - Ausência de comprovação da execução pela SMS de Formiga das ações de fiscalização relativas à execução do Termo de Compromisso nº 291/2946 e seu anexo, no que tange ao indicador "Equipe mínima presente nos plantões em 100% do período" na Santa Casa de Caridade de Formiga.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A SMS de Formiga apresentou a esta equipe cópias de algumas escalas médicas das especialidades de clínica médica, pediátrica, obstetrícia e da cirurgia geral, do período de janeiro/2013 a dezembro/2014, estando anexas às mesmas os relatórios de atendimentos externos e de procedimentos cirúrgicos realizados pelos médicos, extraídos do sistema Sysart pela Santa Casa de Misericórdia de Formiga. Nos relatórios constam o nome do médico que prestou os serviços, o nome do paciente atendido, e a descrição do procedimento realizado (consulta ou internação). Para as consultas, há também registrado a data e horário do atendimento. Nos Convênios n.º 029/2013 e 031/2014, constam cláusulas específicas que discorrem sobre a existência de comissão responsável por fiscalizar e acompanhar a execução dos referidos instrumentos. Dos servidores que constam nomeados, o Sr. M. J. C. ainda atua na SMS de Formiga e em conversa com o mesmo, declarou que "A partir da ciência da atribuição iniciou, juntamente com os demais designados a solicitar comprovação de atuação dos profissionais que constavam nas escalas apresentadas. Assim, o hospital passou a apresentar relatórios com a produção de internações e atendimentos externos (consultas), Daí era realizada conferência, verificando a existência de atendimento do médico nos dias em que constava na escala. Quando não havia apresentação de produção, se cobrava esclarecimentos para posterior liberação de pagamento por parte da SMS. Sobre o Relatório de Acompanhamento - Rede Resposta informa que desconhecia sua existência, no período de dezembro de 2012 a dezembro de 2014, portanto não havia conferência de sua parte. Informa que nunca realizou visitas na instituição para conferência das informações apresentadas". Portanto, de acordo com a afirmação do servidor, eram conferidos somente se houve produção/atendimento para cada médico que constava na escala enviada pelo hospital. Considerando que no Termo de Compromisso nº 291/2.946, consta que compete a SMS de Formiga fiscalizar o referido termo e seus anexos, que no anexo técnico, o 2º indicador refere-se a "Equipe mínima presente nos plantões em 100% do período" e que pelos únicos documentos disponibilizados pela SMS não fazerem referência à fiscalização/acompanhamento deste indicador, não há comprovação que foram realizadas ações frente ao indicador ora mencionado. "

Manifestação do Auditado:

"Na época dos repasses referentes ao recurso Rede Resposta, o Município ainda não possuía equipe de monitoramento e avaliação totalmente implementados e ao longo do período, a Secretaria Municipal de Saúde foi aprimorando seus fluxos e suas rotinas, sendo que em novembro de 2019, o Município de Formiga assumiu a Gestão de seus prestadores, e desde então vem realizando a avaliação e monitoramento dos relatórios quadrimestrais com o devido acompanhamento, conforme relatórios de avaliação anexos.

A medida demonstra que a Secretaria Municipal de Saúde evoluiu e no momento atual, tem condições de realizar o controle e avaliação das metas estabelecidas pelas políticas públicas, visando sempre a execução das metas pactuadas, bem como o bom uso dos recursos públicos."

O Termo de Compromisso nº 291/2.946 - Oeste que celebra o Município de Formiga, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, estabeleceu:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I - AO MUNICÍPIO/SMS:

(...)

c) fiscalizar, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, as ações relativas à execução deste Termo de Compromisso e seus anexos;

d) prestar orientações e auxílios à ENTIDADE BENEFICIADA no intuito de que sejam cumpridos os compromissos e as metas pactuadas neste Termo;

e) acompanhar o desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA quanto ao cumprimento das metas; f) participar da Comissão de Acompanhamento;

(...)

t) notificar a SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatado ocorrências, sobre o não cumprimento das metas pactuadas, ou quaisquer outras alterações que interfiram no desempenho deste TERMO.

(...)

CLÁUSULA QUINTA - DOS INDICADORES E METAS

Os resultados pactuados neste Instrumento são os dispostos no Quadro de Indicadores e Metas, descritos no Anexo Técnico os quais poderão ser revistos por meio de Termo Aditivo. (...)

Como forma de oferecer suporte as suas alegações o Recorrente anexou os relatórios de avaliação dos períodos de 9 a 12/2019, 3 (três) relatórios do ano 2020, 3 (três) do ano 2021 e 3 (três) do ano 2022. (83488951). Dessa forma, consideramos que medidas foram adotadas visando corrigir a irregularidade identificada pela equipe de auditoria.

4 – *Constatação nº 659657* - A SMS de Formiga não preencheu os documentos necessários para compor o processo digital de acompanhamento, controle e avaliação no Sistema GEICOM relativo a Santa Casa de Caridade de Formiga referente ao Programa Rede Resposta e de acordo com Termo de Compromisso nº 291/2.946 - OESTE.

A equipe de auditoria evidenciou:

"O município de Formiga recebeu do FES o valor total de R\$ 4.632.000,00 (quatro milhões, seiscientos e trinta e dois mil reais) do Programa Rede Resposta Hospitalar, sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) referente ao exercício de 2012, porém pagos em 2013, R\$ 1.932.000,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil reais) referentes as parcelas do exercício de 2013 e R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscientos mil reais) referentes a parcelas do exercício de 2014, conforme descrito na Tabela 01. A equipe procedeu à análise dos atestados de funcionamento da Rede Resposta Hospitalar, emitidos pela SMS de Formiga, relativos aos períodos: primeiro quadrimestre/2013 a terceiro quadrimestre/2014, disponibilizados pela área técnica da SES/MG. Foi observado que em todos atestados apresentados constam a informação de que a Santa Casa de Caridade de Formiga prestou atendimento integral de urgência e emergência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com a equipe mínima exigida conforme legislação específica. O atesto do 1º quadrimestre de 2013 foi assinado digitalmente pelo secretário municipal de saúde Sr. R.A.T., os demais atestos foram assinados pelo prefeito municipal, Sr. M.R.S. Em resposta à solicitação de documentos contida no ofício de comunicação de auditoria a SMS de Formiga apresentou como fontes utilizadas para emissão dos atestos algumas escalas médicas das especialidades de clínica médica, pediátrica, obstetrícia e da cirurgia geral estando anexado nas mesmas, relatórios de atendimentos externos e de procedimentos cirúrgicos realizados pelos médicos, extraídos do sistema Sysart pela Santa Casa de Misericórdia de Formiga. Entretanto, durante realização da fase operativa na Santa Casa, a equipe obteve cópia de um documento denominado "atesto", emitido pelo Hospital, informando que "a Santa Casa prestou atendimento de urgência e emergência 24 horas por dia, todos os dias da semana, nos termos da Resolução SES/MG nº 2884". Este atesto foi assinado em 27/09/2013 pelo provedor do hospital, porém não é um documento previsto na legislação como sendo obrigatório, tanto que foi apresentado somente 1 (um) documento. Observa-se que neste documento não consta informação sobre o período ao qual se refere (mês) nem tão pouco sobre a formação da equipe mínima de profissionais. Consta assinatura (rubrica) de recebido, com data de 27/09/2013, às 15:58, porém não há como identificar o recebedor nem saber se foi alguém da SMS que o recebeu. Foram apresentadas ainda a equipe, as seguintes prestações de contas dos recursos repassados as quais constam inseridas no SIG-RES: Prestação de contas no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscientos mil reais) referentes aos valores repassados no exercício de 2014; Prestação de contas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) referente ao exercício de 2013. Foi observado também que o prefeito municipal assinou digitalmente estas prestações de contas e que nelas estão preenchidos os campos mínimos exigidos na legislação. Entretanto, na

prestação de contas do ano de 2013, consta informado somente o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), faltando informações referentes ao restante dos recursos também repassado pela SES/MG à SMS de Formiga no valor total de R\$ 1.932.000,00 (um milhão e novecentos e trinta e dois mil reais). Salienta-se que a prestação de contas do ano de 2013 foi assinada pelo prefeito à época, Sr. M.R.S., em 19/05/2014, motivo pelo qual o mesmo foi qualificado como responsável na presente constatação. Considerando que a prestação de contas foi elaborada em 2014, fica qualificada a gestora à época, Sra. M.I.M."

Manifestação do Auditado:

"A Secretaria Municipal está enfrentando instabilidade na plataforma GEICON, o que impossibilitou a inclusão dos documentos no Sistema, conforme prints abaixo: 3 prints (doc. 83488947).

Desta forma, por se tratar de evento de força maior, solicitamos a dilação de prazo para apresentação da inclusão dos documentos por 30 (trinta dias)."

As disposições do Termo de Compromisso nº 291/2, são no seguinte sentido:

(...)

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

O processo de acompanhamento, controle e avaliação será realizado por meio de processo digital no Sistema Gerenciador de Indicadores, Compromissos e Metas/GEICOM, nos termos do Decreto Estadual no 45.468, de 13 de setembro de 2010.

Excepcionalmente o processo de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação poderão ser realizados por meio físico, até que o Sistema GEICOM esteja em funcionamento.

(...)

§2º Os seguintes documentos devem ser preenchidos, pelo Município, no GEICOM visando compor o processo digital de acompanhamento, controle e avaliação:

*I - Relatório de execução financeira e física do termo, assinado digitalmente pelo representante legal **MUNICÍPIO/SMS**;*

II - Demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final do termo;

III - Restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado, quando for o caso; e

IV - Termo por meio do qual a entidade será obrigada a manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso.

(...)

O Recorrente anexou prints de tentativas de inclusão de informações no sistema GEICOM que contêm a frase: "não foi possível atender a requisição."

Importante observar que a irregularidade apontada pela equipe de auditoria refere-se ao não preenchimento de documentação tendente a compor o processo de prestação de contas à época. Assim sendo, consideramos que a irregularidade não foi justificada.

5 – *Constatação nº 659658* -As informações inseridas no Sistema GEICOM, pela SMS de Formiga não são compatíveis com os dados apurados em relação ao indicador: à manutenção da equipe mínima presente em plantões no período dezembro/2012 a dezembro/2014 conforme Termo de Compromisso nº 291/2.946 - OESTE.

A equipe de auditoria evidenciou:

"Em resposta a solicitação de documentos contidos no ofício de comunicação de auditoria a SMS/Formiga apresentou a equipe as prestações de contas dos recursos repassados que foram inseridas no SIG-RES: Prestação de contas no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) referentes aos valores repassados no exercício de 2014; Prestação de contas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente ao exercício de 2013. Nestas prestações de contas no campo VII - OBJETO DE ACOMPANHAMENTO, no item: Equipe mínima nos plantões em 100 % no período foi observado que a pontuação atingida foi de 100% nos períodos: 1º e 2º quadri/2013, 1º e 2º quadri/2014. Não constam informações sobre o 3º quadri/2013. Já no campo destinado ao 3º quadri/2014 consta a informação: "indicador dispensado". Em análise aos atestos de funcionamento da Rede Resposta Hospitalar, relativos aos períodos: 1º quadri/2013 a 3º quadri/2014, inseridos no processo SEI nº 1320.01.0041275/2022-03, foi observado que em todos atestos apresentados constam a informação de que a Santa Casa de Caridade de Formiga prestou atendimento integral de urgência e emergência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com a equipe mínima exigida conforme legislação específica. Destarte, as informações dos atestos estão compatíveis com as informações inseridas no GEICOM. No outro relatório de auditoria, que refere-se à unidade visitada da Santa Casa de Misericórdia de Formiga, constam análises realizadas em documentos apresentados pela unidade que sugerem que a instituição não implantou e não manteve a equipe mínima atuando de forma presencial na instituição, conforme nível de atendimento pactuado, entre os meses de dez/2012 a dez/2014. Conforme anexo deste relatório, na tabela 01 (tabela igual à contida no relatório do hospital), é possível verificar uma síntese dos registros do hospital que foram analisados, podendo ser observado que em determinados plantões, há registros que demonstram que não houve médico atuando na instituição. Também consta registrado nas folhas de registro (assinatura) dos plantões realizados expressões que remetem que algumas especialidades atuavam em formato de "sobreaviso" ("Sem plantonista", "Após 19:00", "Não sei/nenhum interno"). Já em alguns laudos do SUSFácil, há registros que referem a não haver médicos especialista em determinado momento/dia, que alguns estavam de sobreaviso ou até que não se encontravam na instituição. Portanto, analisando os registros apresentados pelo hospital e confrontando com as informações declaradas nos atestos e nas prestações de contas, há sérios indícios de que não houve cumprimento pelo prestador Santa Casa de Caridade de Formiga do indicador "manutenção da equipe mínima presente em plantões no período dezembro/2012 a dezembro/2014" e que a alimentação das informações inseridas no Sistema GEICOM, pela SMS de Formiga, encontra-se com impropriedades. Salienta-se que o atesto de dez/2012 (assinado em 28/02/2013) e o 1º quadri/2013 (03/05/2013) foi assinado pelo gestor à época, Sr. R.A.T. Já os atestos do 2º (27/09/2013) e 3º (06/02/2014) quadri/2013 e 1º (13/05/2014), 2º (05/09/2014) e 3º (26/01/2015) quadri/2014, foram assinados pelo prefeito à época, Sr. M.R.S.,

motivo pelo qual o mesmo foi qualificado como responsável na presente constatação. Nestes, constam no corpo do texto, a informação que "... neste Ato representado(a) pelo(a) seu(sua) Secretário(a) Municipal, R.A.T., portador da Carteira de Identidade ...", porém, conforme atos de nomeação dos gestores à época apresentadas, a gestora era a Sra. M.I.M."

Manifestação do Auditado:

"Na época dos repasses referentes ao recurso Rede Resposta, o Município ainda não possuía equipe de monitoramento e avaliação totalmente implementados e ao longo do período, a Secretaria Municipal de Saúde foi aprimorando seus fluxos e suas rotinas, sendo que em novembro de 2019, o Município de Formiga assumiu a Gestão de seus prestadores, e desde então vem realizando a avaliação e monitoramento dos relatórios trimestrais com o devido acompanhamento, conforme relatórios de avaliação anexos.

A medida demonstra que a Secretaria Municipal de Saúde evoluiu e no momento atual, tem condições de realizar o controle e avaliação das metas estabelecidas pelas políticas públicas, visando sempre a execução das metas pactuadas, bem como o bom uso dos recursos públicos."

O Termo de Compromisso nº 291/2.946 - Oeste que celebra o Município de Formiga, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, estabeleceu:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I - AO MUNICÍPIO/SMS:

(...)

g) enviar as informações solicitadas, por meio do Sistema GEICOM, durante a vigência deste Termo.

(...)

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

O processo de acompanhamento, controle e avaliação será realizado por meio de processo digital no Sistema Gerenciador de Indicadores, Compromissos e Metas/GEICOM, nos termos do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010.

Excepcionalmente o processo de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação poderão ser realizados por meio físico, até que o Sistema GEICOM esteja em funcionamento.

(...)

§3º Todas as informações prestadas serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, estando sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constada a sua falsidade ou inverdade. (...)

(...)

ANEXO TÉCNICO - REDE DE RESPOSTA HOSPITALAR

I - INDICADORES DE QUALIDADE

Indicador: Equipe mínima presente nos plantões em 100% do período

Descrição: O indicador assegura que haverá atendimento efetivo durante 24h por dia durante todos os dias da semana, com equipe mínima exigida conforme legislação específica.

Para fins de cálculo, não serão considerados os profissionais alcançáveis.

O Recorrente anexou relatórios de avaliação (83488951), referente ao monitoramento de contrato celebrado com a instituição prestadora de serviços. Assim sendo, consideramos que medidas foram adotadas visando a correção/não reincidência na irregularidade apontada pela equipe de auditoria.

Relatório Final do Hospital Santa Casa de Caridade de Formiga:

6 – *Constatação nº 659648 - A Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível III, no período dezembro de 2012 a março de 2013 conforme Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 3.511/2012.*

A equipe de auditoria evidenciou:

"A Santa Casa de Caridade não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta Hospitalar nível III, conforme determinado no Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Res SES/MG Nº 3511/2012. Para atender aos critérios da classificação nível III, a Santa Casa deveria manter em regime de plantão presencial 24 horas médicos clínicos e pediatras e em regime plantão alcançável médicos das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumato-ortopedista e anestesista. A análise dos documentos apresentados evidenciou que os pediatras se mantiveram em regime de sobreaviso. Os médicos das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumato-ortopedista e anestesista mantiveram em regime de plantão de sobreaviso, conforme critério da legislação. O detalhamento da análise realizada, bem como a íntegra deste campo "evidência" se encontram no Anexo 01 - Evidências deste relatório."

Não houve manifestação para essa constatação.

7 – *Constatação nº 659649* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível II, no período abril de 2013 a outubro 2014 conforme Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 3.794/2013.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A Santa Casa de Caridade não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível II, conforme determinado em Termo de Compromisso nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 3794/2013, no período abril de 2013 a outubro 2014. Para atender aos critérios da classificação nível II, a Santa Casa deveria manter em regime de plantão presencial de 24 horas, médicos clínicos, pediatra, cirurgião geral, traumato-ortopedista, gineco- obstetra, anestesista e em regime de plantão médico alcançável das especialidades de cirurgia vascular e neurologista. A análise dos documentos apresentados revelou que os médicos pediatras, cirurgiões gerais, traumato-ortopedistas, gineco- obstetras e anestesistas permaneceram em regime de sobreaviso. Não houve apresentação documental, além do Relatório de Acompanhamento da rede Resposta, que comprovasse a realização do plantão de sobreaviso dos médicos neurologista e cirurgião vascular. Contudo, a atuação desses profissionais foi comprovada por meio da análise dos prontuários e FAAs. O detalhamento da análise realizada, bem como a íntegra deste campo "evidência" se encontram no Anexo 01 - Evidências, deste relatório.”

Não houve manifestação para essa constatação.

8 – *Constatação nº 659650* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível II + nível I (IAM), no período de novembro a dezembro de 2014 conforme Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 4.554/2014.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A Santa Casa de Caridade não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta nível II + nível I (IAM), conforme determinado em Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE e Resolução SES/MG Nº 4.554/2014, nos meses de novembro a dezembro de 2014. Para atender aos critérios da classificação nível II + nível I (IAM), a Santa Casa deveria manter em regime de plantão presencial 24 horas médicos clínico, pediatra, cirurgião geral, traumato-ortopedista, gineco-obstetra, anestesista (referentes ao nível II) e médico cardiologista (referente ao nível I IAM). Em regime de plantão médico alcançável nas especialidades cirurgia vascular, neurologista (referente ao nível II) e na especialidade hemodinâmica (referente ao nível I IAM). A análise dos documentos apresentados revelou que os médicos pediatras, cirurgiões geral, traumato-ortopedistas, gineco-obstetras, anestesistas e cardiologista permaneceram em regime de sobreaviso. Não houve apresentação documental que comprovasse a realização dos plantões de sobreaviso do médico da especialidade hemodinâmica. Contudo, a análise dos prontuários revelou o registro de realização do procedimento angioplastia no período analisado. O detalhamento da análise realizada, bem como a íntegra deste campo "evidência" se encontram no Anexo 01 - Evidências, deste relatório.”

Não houve manifestação para essa constatação.

9 – *Constatação nº 659652* - A Santa Casa de Caridade de Formiga não disponibilizou mensalmente à SMS a documentação comprobatória da execução dos serviços conforme fluxo de encaminhamento pactuados com a SES e previstos no Termo de Compromisso Nº 291/2.946 - OESTE.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Durante auditoria operativa, em conversa com a servidora do hospital, Sra. M. T. A. C. S., sobre quais eram os documentos que eram apresentados mensalmente à SMS de Formiga, a mesma informou que “O relatório da RUE era ditado e impresso em 2 vias que eram protocoladas na Secretaria Municipal de Saúde de Formiga e também era enviado por e-mail pra Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis”.

Em resposta à documentação solicitada, a Santa Casa de Caridade de Formiga apresentou somente cópias dos ofícios mensais que encaminharam à SMS os relatórios de acompanhamento da rede resposta dos meses de setembro/2013 a setembro/2014 e novembro e dezembro/2014, constando nestes ofícios protocolo de recebimento por parte da SMS de Formiga, com data e assinatura. Para os meses de dezembro/2012, de janeiro a agosto/2013 e outubro/2014, o hospital informou que não o encontrou tais documentos. Foram apresentados também cópias dos ofícios e anexos (relatórios de acompanhamento) dos meses de janeiro, fevereiro, setembro, novembro e dezembro/2014, sendo os dois últimos meses enviado/protocolados na SMS em único ofício no dia 12/01/2015.

Quanto à produção do SIA, conforme relatórios da síntese da produção ambulatorial dos meses de dezembro/2012 a dezembro/2014, da Santa Casa de Misericórdia de Formiga (CNES 2142376), fornecidos pela SMS de Formiga, verifica-se que houve processamento dos dados de produção, a nível ambulatorial, dos atendimentos prestados pelo estabelecimento em todas as competências do período auditado.

Contudo, não foram apresentados documentos que comprovem que foram entregues mensalmente à SMS a documentação comprobatória da execução dos serviços, no caso o relatório de acompanhamento, dos meses de dezembro/2012, de janeiro a agosto/2013 e de outubro/2014, e que o relatório do mês de novembro foi entregue somente em 12/01/2015, portanto, sem entrega mensal em dezembro/2014 e também fora do prazo (até o 5º dia útil do mês),”

Não houve manifestação para essa constatação.

10 – *Constatação nº 659653* - As informações registradas na documentação comprobatória da execução dos serviços assistenciais geradas pela Santa Casa de Caridade de Formiga não são compatíveis com os dados apurados em relação à manutenção da equipe mínima, de

forma presencial, no período dezembro/2012 a dezembro/2014, conforme Termo de Compromisso 291/2.946.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em virtude da limitação do espaço neste campo no sistema SISAUD, o texto da evidência consta no Anexo 02.

Sendo assim, conforme análise dos documentos descrita no Anexo 02 deste relatório, algumas informações que constam nos relatórios de acompanhamento da rede resposta, que deveriam ser enviados mensalmente à SMS de Formiga, não são compatíveis com os registros que constam nas escalas médicas e nas folhas de registro de cumprimento (assinatura) dos plantões.”

Não houve manifestação para essa constatação.

· Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de devolução de Recursos:

11 - *Constatação 659651* - Recebimento de recurso financeiro estadual referente ao Programa Rede Resposta Hospitalar sem implantação da equipe mínima prevista na legislação.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Foi constatado que a Santa Casa de Caridade de Formiga foi incluída no Programa Rede Resposta Hospitalar da Região Ampliada de Saúde Oeste do Estado de Minas Gerais em dezembro de 2012, classificada como Hospital Geral de Urgência Nível III recebendo incentivo mensal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); que a partir de abril de 2013 foi reclassificada como Hospital Geral de Urgência Nível II recebendo incentivo mensal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e em novembro de 2014 foi novamente reclassificada Hospital Geral de Urgência Nível II + Nível I (IAM) recebendo incentivo mensal de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) até dezembro de 2014 que representa o término da abrangência desta auditoria. A Tabela 01 - Recursos Rede Resposta Hospitalar dez/2012 a dez/2014, anexa a este Relatório de Auditoria evidencia os recebimentos destes incentivos por parte da instituição, repassados pela SMS de Formiga. Também foi constatado (Vide Constatações 659648, 659649 e 659650) que a Santa Casa não implantou e não manteve a equipe mínima em regime presencial para atender aos critérios da legislação específica durante todo o período analisado (01/12/2012 a 31/12/2014).”

Da Legislação que rege o tema:

- Resolução SES/MG nº 2.607, de 7 de dezembro de 2010, que aprovou as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais:

SEÇÃO II – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA REDE

Art.5º As instituições hospitalares interessados em integrar a rede macrorregional de urgências e emergências deverão estar de acordo com o plano de investimentos a ser elaborado nas oficinas de trabalho macrorregionais.

Parágrafo Único. As instituições serão classificadas nos tipos I a VII de acordo com anexo I obedecendo ainda os seguintes critérios:

(...)

III- possuir plantões presenciais e alcançáveis nas áreas de urgência de acordo com a tipologia classificada de I a VII, de acordo com o Anexo I;

(...)

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 2.607, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.

(...)

II) Hospital Geral de Urgência Nível III - Hospital Microrregional de referência populacional acima de 100.000 habitantes.

II. 1-Plantão presencial 24 horas: Médicos clínicos, pediatra, enfermeiro e equipe de técnicos e auxiliares de enfermagem.

II. 1.1-Plantão médico alcançável das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumato- ortopedista e anestesista.

II. 2- Recursos tecnológicos presentes no hospital: análises clínicas laboratoriais, eletrocardiografia, radiologia convencional, agência transfusional, sala de ressuscitação com RX móvel e ultrassonografia, sala cirúrgica disponível para o Pronto-Socorro.

(...)

- Resolução SES/MG nº 3.511, de 14 de novembro de 2012, que alterou a Resolução SES/MG nº 2.946, de 21 de setembro de

2011:

(...)

Art. 2º Fica alterado o Anexo I da Resolução SES nº 2.946, de 21 de setembro de 2011, que passa a vigorar conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 3º Ficam acrescidos os Anexos V, VI e VII da Resolução SES nº 2.946, de 21 de setembro de 2011, conforme os Anexos II, III e IV desta Resolução.

(...)

ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES Nº 3.511, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

DA REGIÃO AMPLIADA DE SAÚDE OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

II - DOS INCENTIVOS POR INSTITUIÇÃO

AÇÃO / BENEFICIÁRIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	VALOR MENSAL
Santa Casa de Misericórdia	Formiga	Nível III	R\$ 100.000,00

- Resolução SES/MG nº 3924, de 18 de setembro de 2013, que Altera o Anexo I da Resolução SES/MG nº 2.607, de 07 de dezembro de 2010:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Resolução SES/MG nº 2.607, que passa a vigorar nos termos do Anexo Único desta Resolução:

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 3924, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

“ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 2.607, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010”.

(...)

III) Hospital Geral de Urgência Nível II

Hospital Microrregional de referência populacional acima de 200.000 habitantes.

III.1 - Plantão presencial 24 horas: Médicos clínico, pediatra, cirurgião geral*, traumato- ortopedista, gineco-obstetra (quando for referência para Maternidade), anestesista, enfermeiro e equipe de técnicos e auxiliares de enfermagem.

III.1.1 - Plantão médico alcançável das especialidades: neurologista, ainda que por telemedicina de um Hospital Referência ao Acidente Vascular Cerebral Nível I da região.

III.2 - Recursos tecnológicos presentes no hospital: análises clínicas laboratoriais, endoscopia digestiva, eletrocardiografia, radiologia convencional, agência transfusional, sala de ressuscitação com RX móvel e ultrassonografia, tomografia computadorizada, sala cirúrgica disponível para o Pronto-Socorro e Terapia Intensiva Geral.

* Os casos de suspeita de lesão vascular deverão ser assumidos pelo cirurgião geral.

(...)

-Resolução SES/MG nº 4.554, de 18 de novembro de 2014, que Altera a Resolução SES/MG nº 2.946, de 21 de setembro de 2011,:

ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 4.554, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014. “ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 2.946, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011”

DA REGIÃO AMPLIADA DE SAÚDE OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I – DOS INCENTIVOS POR TIPOLOGIA

O valor do incentivo financeiro de cada Hospital participantes da Rede de Resposta Hospitalar às Urgências e Emergências da Região Ampliada de Saúde Oeste do Estado de Minas Gerais, observará aos seguintes critérios:

(...)

III - Para Hospital de Referência ao Nível II o valor mensal será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

IV – Para Hospital de Referência ao nível II + nível I (IAM) o valor mensal será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

(...)

II - DOS INCENTIVOS POR INSTITUIÇÃO

AÇÃO / BENEFICIÁRIO	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	VALOR MENSAL
Hospital São Luís	Formiga	Nível I (IAM) + Nível II	R\$ 300.000,00

- Termo de Compromisso nº 291/2.946, - Oeste que celebra o Município de Formiga, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a adesão ao Programa Rede de Resposta Hospitalar às Urgências e Emergências, mediante a execução de atividades e de serviços referentes ao Sistema Único de Saúde/SUS, visando o custeio complementar dessas atividades, por intermédio da pactuação de indicadores e metas de desempenho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

(...)

II - À ENTIDADE BENEFICIADA:

a) prestar os serviços e as ações de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS conforme especificado nos Anexos Técnicos deste Termo e nos Anexos Técnicos I, II, III e IV da Resolução SES/MG Nº 2.884, de acordo com as modalidades descritas nos respectivos anexos;

Manifestação da Santa Casa de Caridade de Formiga – ofício nº 0316/2023:

“RECURSO ADMINISTRATIVO pelas questões de fato e de direito adiante expostas.

DOS FATOS

Foi instaurado em face de SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA auditoria, cujo relatório final propõe a aplicação das seguintes medidas corretivas e penalidades:

1) Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes: nº 659648, nº 659649, nº 659650, nº 659652 e nº 659653;

2) Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência da constatação nº 659651.

Restou evidente que o objetivo e escopo da referida auditoria é auditar o Sistema Municipal de Saúde de Formiga para verificar e avaliar o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos em relação à equipe médica mínima e às obrigações previstas no âmbito do Programa Estadual Rede Resposta no período de 01 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

Registre-se que o relatório Final da presente Auditoria foi emitido em 20/11/2023.

O referido relatório interpreta que a Santa Casa de Caridade de Formiga não implantou e não manteve equipe mínima para atendimento à Rede Resposta Hospitalar nível III, conforme determinado no Termo de Compromisso nº 291/2.946 – OESTE e Res SES/MG nº 3511/2012.

Para atender aos critérios da classificação nível III, a Santa Casa de Caridade de Formiga deveria manter em regime de plantão presencial 24 horas médicos clínicos e pediatras e em regime plantão alcançável médicos das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumato-ortopedista e anestesista.

A análise dos documentos apresentados evidenciou que os pediatras se mantiveram em regime de sobreaviso. Os médicos das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumato-ortopedista e anestesista mantiveram em regime de plantão de sobreaviso, conforme critério da legislação.

Desta feita o relatório aponta que o regime de plantão dos pediatras ocorreu em sobreaviso e em desacordo com a RES/SES 2.607.2010, e recomendou a devolução imediata com Recursos Próprios ao Fundo Estadual de Saúde do valor original de R\$ 4.636.780,05 (Quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil setecentos e oitenta reais e cinco centavos) conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO do relatório objeto do presente RECURSO.

Resumidamente é o caso colocado em discussão através do presente RECURSO ADMINISTRATIVO.

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Em julgamento de Recurso Extraordinário nº 669.069 o Supremo Tribunal Federal decidiu com repercussão geral que as ações de ressarcimento ao erário de ilícitos cíveis são prescritíveis.

Ousamos interpretar que não há no caso objeto de discussão a ação dolosa em lesar o patrimônio público, fato que sem mais delongas impõe o reconhecimento de prescrição para a devolução de valores ao Erário.

O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 aplicando-se aos marcos temporais a partir da publicação da lei.

Com efeito, tendo em vista as teses fixadas pelo excelso STF, quando do julgamento do RE nº 852.475/SP, bem como do ARE nº 843.989/PR (Tema nº 1.199), necessário se faz a comprovação, não só da ilicitude na conduta do requerido, mas também da presença do elemento doloso, de modo a possibilitar a condenação ao ressarcimento ao erário.

Compulsando o relatório da auditoria, verifica-se que, os recursos objeto de devolução foram encaminhados à SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA entre 01/12/2012 e 31/12/2014.

A auditoria somente foi concluída em 20/11/2023.

Segundo o artigo 23 da Lei 8.429/92, já nutrido pelas alterações provocadas pela Lei nº 14.230/21 (a nova lei de Improbidade Administrativa), prevê que o prazo prescricional dos atos de improbidade é de 8 (oito) anos, contados a partir da data de ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia que cessou a permanência.

Como já mencionado, fica claro que até data 20/11/2023 não ocorreu nenhum fato de interrupção da prescrição para a devolução de valores.

Com efeito, em que pesem os argumentos postos pelo Douto Auditor, fatalmente os atos atribuídos à SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA serão alcançados pela prescrição que ocorreu em 31/12/2022.

É o que se requer, seja reconhecido o direito do Estado de Minas Gerais quanto ao direito de pleitear o ressarcimento de verbas públicas encaminhadas à SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA entre 01/12/2012 e 31/12/2014.

PRINCÍPIOS JURÍDICOS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

No que tange aos serviços públicos de saúde prestados ao SUS pela SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA se sujeita ao regime jurídico administrativo.

Assim, os serviços públicos, no ordenamento jurídico pátrio sujeitam-se tanto aos sobre princípios (supremacia do interesse público e indisponibilidade, pela Administração Pública, do interesse público) e princípios (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, controle, dentre outros) do regime jurídico administrativo como, ainda, a princípios que lhe são específicos, trazidos pela construção doutrinária e jurisprudencial.

Nesse passo, imperativo lembrar das chamadas “Leis de Rolland” consistentes na igualdade dos particulares perante os serviços públicos, na mutabilidade para atender o interesse público e na continuidade do seu funcionamento, arroladas por Louis Rolland na década de 30 como impostas a todo serviço público.

Nelas encontra-se contemplado o princípio da continuidade do serviço público, objeto do presente verbete e, ainda, a elas foram e continuam sendo acrescidos outros princípios pela doutrina, pela jurisprudência e pelo direito positivo de cada Estado.

Nosso ordenamento jurídico positivou as denominadas “Leis de Rolland” no art. 175, IV, da Constituição da República que consagrou o dever constitucional de manter serviço adequado, independentemente de sua forma de prestação, sendo certo que, sua regulamentação infraconstitucional constante no art. 6º § 1º, da Lei 8.987/95 ao definir esse modo de prestação do serviço acabou por veicular alguns dos princípios jurídicos aplicáveis aos serviços públicos como a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Nesse sentido importante interpretamos que mesmo a SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA no período compreendido entre 01 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014 tendo apresentado escala médica de sobreaviso para pediatras cumpriu com o seu objetivo final.

Ora, é de se perguntar: houve desassistência? Alguma criança ficou sem atendimento médico? Algum pediatra de sobreaviso quando acionado deixou de comparecer prontamente à SANTA CASA?

A RESPOSTA PARA AS PERGUNTAS ACIMA É NÃO!

Desta feita ousamos interpretar abalizados nos princípios gerais do Direito que o serviço foi efetivamente prestado, não havendo motivos para a devolução integral dos valores recebidos.

Ora, Santa Casa de Caridade de Formiga deveria manter pela contratualização com o Estado de Minas Gerais, em regime de plantão presencial 24 horas, médicos das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumatismo-ortopedista e anestesista.

A auditoria apontou divergência apenas para os plantões dos pediatras.

Pergunta-se: É impessoal, moral, eficiente, razoável, proporcional e legal a devolução dos valores integrais recebidos no período compreendido entre 01 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014?

Ousamos interpretar ser totalmente desproporcional.

Os serviços médicos e as portarias foram efetivamente cumpridos.

Assim, por amor ao debate, e apenas como tese de defesa insiste a SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA que a devolução seja apenas parcial, e que represente apenas a diferença dos valores recebidos entre plantões médicos da pediatria de presencial para sobreaviso!

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

Prevista no art. 37, XXI, da Constituição da República, a garantia do equilíbrio econômico-financeiro consiste na imperatividade, por todo o tempo de duração do contrato administrativo, da equação de equivalência, estabelecida no momento da sua celebração, entre os encargos assumidos pelo contratado e a correspondente retribuição pecuniária a que faz jus.

Assegurada há tempos pelo ordenamento jurídico brasileiro, bem como pela doutrina e jurisprudência pátria, esta garantia tem por fundamento princípios gerais do direito, como os de vedação ao enriquecimento sem causa, lealdade e boa-fé.

Temos, portanto, a intangibilidade do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos brasileiros, garantida atualmente no dispositivo constitucional acima, uma vez que este, na medida em que vincula, numa relação de equivalência, as obrigações de pagamento à efetiva manutenção de condições da proposta inicialmente apresentada no pacto celebrado entre as partes, acaba por dizer que, uma vez alteradas tais condições, de forma a afetar a contraprestação de pagamento, deverá haver uma recomposição deste de forma a reequilibrar tal qual inicialmente avençado.

E como não poderia deixar de ser, a garantia em questão aplica-se à presente auditoria, cujo caráter contratual se encontra preconizado, pois, o grau de colaboração do contratado é maior, uma vez que consente, por sua conta e risco, em prestá-los no lugar do Estado, para a satisfação do interesse público.

Ademais, como já o dissemos, tem por premissa a proporcionalidade, princípio segundo o qual não podem os contratados pelo ESTADO ser onerados excessivamente.

Contudo, mesmo tendo a Constituição e a legislação infraconstitucional assegurado a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, remanesce a polêmica questão acerca de prestação do serviço contratado.

A SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA se insurge quanto ao valor da multa administrativa aplicada no valor total de R\$ 4.636.780,05 (Quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta reais e cinco centavos), sob o argumento de ser exorbitante e não observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, e equidade, pugnando por sua ESMAGADORA redução.

Pois bem.

É cediço que a fixação de multa administrativa deve atender aos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do Estado.

Na espécie, não se vislumbra a AUDITORIA ter observado os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, na medida de apuração dos critérios adotados no cálculo da multa administrativa.

Desse modo, o montante de R\$ 4.636.780,05 (Quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta reais e cinco centavos) não afigura-se adequado e proporcional à luz do caso concreto, conforme restou consignado acima.

Logo, há que se falar em excesso no valor da multa por infração em inobservância aos princípios da legalidade, razoabilidade e da proporcionalidade.

Nesse diapasão, considerando que não foram comprovadas as alegadas nulidades já que o serviço de plantão médico de pediatria foi devidamente prestado por sobreaviso.

É necessário a modificação da multa administrativa de devoção total da verba pública recebida.

As circunstâncias de atenuação da multa não foram consideradas.

Mantido o valor inicial atualizado indicado no relatório de auditoria ferirá de morte os princípios basilares do Direito e caracterizará a prestação dos serviços contratados sem a correspondente contraprestação. Ou seja, devolvendo-se todo o

montante de R\$ 4.636.780,05 (Quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta reais e cinco centavos) a Santa Casa de Caridade de Formiga terá prestado “de graça” para o Estado de Minas Gerais o regime de plantão presencial 24 horas de médicos clínicos em regime plantão alcançável médicos das especialidades: gineco-obstetra, cirurgião geral, traumato-ortopedista e anestesista.

Noutro giro ainda prestaria o serviço de plantão médico de pediatria em caráter sobreaviso.

Ora indiscutível que tais serviços devem ser remunerados, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço fornecido pela Santa Casa de Caridade de Formiga no período

compreendido entre 01 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA postula:

a) O recebimento desta petição de Recurso;

b) O reconhecimento da preliminar de prescrição do Direito a ressarcimento pelo Estado de Minas Gerais;

c) Por fim, protesta por amor ao debate e apenas como tese de defesa, pela aplicação de Medida Corretiva de Devolução de Recursos única e exclusivamente sob o montante da diferença apurada pelo descumprimento do plantão presencial de pediatria por plantões de sobreaviso, ou seja, apenas a devolução de referida diferença, já que o serviço de plantão médico foi prestado de forma parcial (sobreaviso) e o custo suportado pela SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA, única e exclusivamente para garantir o contrato com a Rede Resposta de Urgência e Emergência;

Por ser a mais absoluta expressão da verdade e da Justiça, aguardamos deferimento de arquivamento da presente autuação ante a devolução dos recursos pela Instituição Santa Casa de Caridade de Formiga.”

Pois bem,

Em preliminar, importante colacionar o que lecionou o professor Caio Mario da Silva Pereira quando diz que o instituto da prescrição:

(...) tem seu fundamento na segurança jurídica. Através dele o legislador buscou evitar uma perpétua incerteza jurídica, e resguardar o interesse de ordem pública em torno da existência e eficácia dos direitos.”

Segundo Pontes de Miranda:

“Os prazos prescricionais servem à paz social e a segurança jurídica. Não destroem o direito, que é; não cancelam, não apagam as pretensões; apenas, encobrendo a eficácia da pretensão, atendem à conveniência de que não perdurem por demasiado o tempo e exigibilidade ou a acionabilidade.”

José dos Santos Carvalho filho assim se manifesta:

(...) se, de um lado, não se pode relegar o postulado de observância dos atos e condutas aos parâmetros estabelecidos na lei, de outro é preciso evitar que situações jurídicas permaneçam por todo o tempo em nível de instabilidade, o que, evidentemente, provoca incertezas e receios entre os indivíduos. ”

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece:

“Art. 37 (...)

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.**”

Embora, a Carta Magna seja categórica no sentido de que as ações de ressarcimento ao erário sejam imprescritíveis o tema é alvo constante de polêmica no judiciário, pois existe incerteza sobre quais ilícitos se encaixam na situação de imprescritibilidade.

Vejamos parte do voto do então ministro Teori Zavaski no RE n. 669.069-MG:

*“Essa ressalva final do texto normativo deu margem à instalação de um impasse dogmático a seu respeito. Uma das linhas de entendimento é essa sugerida pelo recurso, que, fundado em interpretação literal, atribui à ressalva constitucional a consequência de tornar imprescritível toda e qualquer ação de ressarcimento movida pelo erário, desde que o dano reclamado decorra de algum ilícito, independentemente da natureza dessa ilicitude. (...) Ora, se fosse nesse amplíssimo sentido o conceito de ilícito anunciado no § 5º do art. 37 da CF, estaria sob a proteção da imprescritibilidade toda e qualquer ação ressarcitória movida pelo Erário, **mesmo as fundadas em ilícitos civis que sequer decorrem de dolo ou culpa.** A própria execução fiscal seria imprescritível, eis que a não satisfação de tributos ou de outras obrigações fiscais, principais ou acessórias, certamente representa um comportamento contrário ao direito (ilícito, portanto) e causador de dano. Essa visão tão estremada certamente não se mostra compatível com uma interpretação sistemática do ordenamento constitucional. Mesmo o domínio jurídico específico do art. 37 da Constituição, que trata dos princípios da administração pública, conduz a uma interpretação mais restrita(...) não é adequado embutir na norma de imprescritibilidade um alcance ilimitado (...) O que se mostra mais consentâneo com o sistema de direito, inclusive o constitucional, que consagra a prescritibilidade como princípio, é atribuir um sentido estrito aos ilícitos de que trata o § 5º do art. 37 da Constituição Federal” (STF, RE 669.069/MG, Min. Teori Zavaski). Grifamos.*

Verifica-se desse modo que a tese do STF é no sentido de que são prescritíveis apenas as ações de reparação de dano ao erário decorrente de ilícitos cíveis, em que não existe relação jurídica de direito administrativo.

Nesse mesmo sentido são os julgados do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. INAPLICABILIDADE. PRETENÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, NÃO PROVIDO. (...) (REsp 1657362 / SP - Relator Ministro Herman Benjamin. DJ: 18/04/2017).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESSARCIMENTO. TOMADA DE CONTAS. DANO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. AGRAVO

IMPROVIDO. 1. A ação de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido.

(AGA 200901772722, HAMILTON CARVALHIDO, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:10/02/2011.)

Importante transcrever trecho da Nota Jurídica AGE/MG nº 4.788 de 17 de fevereiro de 2017:

"12. Infere-se, assim, que a aplicação da prescrição estabelecida pelo STF ficou restrita às situações em que o Estado pretende ser ressarcido de prejuízos acusados por comportamento violador de normas de direito privado, ausente relação de direito administrativo na espécie.

13. Extraíndo-se a restrição auto imposta pelo STF a conclusão que não foram atingidos pelo entendimento proclamado no julgamento daquela Repercussão Geral os danos ao erário causados por ilícitos caracterizados como atos de improbidade administrativa ou infração penal, violação de deveres funcionais por agentes públicos, bem como ofensa a normas administrativas - dos quais são exemplos convênios, contratos administrativos ou outras formas de ajustes normatizados pelo direito público."

Ainda sobre o instituto da prescrição, concernente ao termo inicial, citamos por analogia o que foi editado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), na súmula nº 467 quando tratou da prescrição de multas de natureza administrativa:

*Prescreve em cinco anos, **contados do término do processo administrativo**, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.*

À falta de regra específica para regular o prazo para cobrança de multa administrativa, a jurisprudência do STJ tem reconhecido que é de cinco anos o prazo para a cobrança da multa imposta ante transgressão administrativa, nos termos do Decreto nº 20.910/32, o qual deve ser aplicado em observância ao princípio da simetria.

Neste sentido, transcrevem-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. APLICABILIDADE DO DECRETO 20.910/32. 1. "Segundo a jurisprudência do STJ, a prescrição das ações judiciais para a cobrança de multa administrativa ocorre em cinco anos, à semelhança das ações pessoais contra a Fazenda Pública, prevista no art. 1º do Decreto n. 20.910/32. Em virtude da ausência de previsão expressa sobre o assunto, o correto não é a analogia com o Direito Civil, por se tratar de relação de Direito Público" (AgRg no Ag 842.096/MG, 2ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha DJ de 25.6.2007). 2. Agravo Regimental não provido (AgRg no AG 889.000/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ de 24.10.07);

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – NÃO-OCORRÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO – EXECUÇÃO FISCAL – MULTA ADMINISTRATIVA – EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA – PRESCRIÇÃO – RELAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. 1. Conforme consignado na decisão agravada, a orientação majoritária desta Corte Superior firmou-se no sentido de que é de cinco anos o prazo para que a Administração Pública promova a execução de créditos decorrentes da aplicação de multa administrativa, se não houver previsão legal específica em sentido diverso, em face da aplicabilidade do Decreto 20.910/32. 2. Não-obstante exista um voto-vista com algumas considerações acerca da aplicabilidade do Decreto n. 20.910/1930, proferido no julgamento do AgRg no AG 1.045.586/RS, em 10.9.2008, esta Corte não modificou seu entendimento, como se pode verificar dos precedentes posteriores ao julgado em referência. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1.102.250/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 02.06.09);

Importante, registrar que o entendimento firmado no âmbito do STJ é no sentido de que o **termo inicial do prazo de prescrição é a data do encerramento do processo administrativo que culminou com a aplicação da penalidade** e não a data da ocorrência da infração.

Pertinente, ainda, colacionar trecho do voto do Ministro Castro Meira relator no julgamento do Recurso Especial 1.112.577/SP:

*O termo inicial da prescrição coincide com o momento da ocorrência da lesão ao direito, consagração do princípio universal da actio nata. Nesses termos, em se tratando de multa administrativa, a prescrição da ação de cobrança somente tem início com o vencimento do crédito sem pagamento, quando se torna inadimplente o administrado infrator. **Antes disso, e enquanto não se encerrar o processo administrativo de imposição da penalidade, não corre prazo prescricional**, porque o crédito ainda não está definitivamente constituído e simplesmente não pode ser cobrado.*

*Ora, não sendo possível a cobrança por ausência de definitividade do crédito, **não há que se falar em início do prazo prescricional, que só começará a correr** quando vencido o crédito sem pagamento, o que se dará com o término do processo administrativo - julgamento definitivo do último recurso - ou com a fluência do prazo para a impugnação administrativa do crédito decorrente da multa aplicada.*

*Assim, a tese da recorrente – de que o termo inicial tem início na data da infração – não encontra amparo, pois **não se admite que a fluência do prazo seja anterior à data em que se torna possível a exigência do crédito**. Primeira Seção, julgado em 09.12.2009, DJe 08.02.2010, p. 11). (Destques e grifos meus).*

Conforme verificado ainda que fosse hipótese de prescrição, o prazo prescricional só começaria a “correr” após encerramento do procedimento administrativo de auditoria, *especialmente quando observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório*, bem como quando ausente qualquer prejuízo ao auditado.

Assim sendo, não teria se consumado a prescrição, pois o procedimento administrativo ainda não alcançou seu termo final, portanto, ainda não teria começado a fluir o prazo de 5 anos a que alude o Decreto.

Registre-se, ainda, que, consideradas as disposições do Decreto nº 20.910/32, com a interposição do recurso administrativo, o prazo prescricional ficaria suspenso, *in verbis*:

Art. 4º Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

A jurisprudência do STJ se pacificou no sentido de que o prazo de prescrição é suspenso por pedido administrativo, iniciando-se, novamente, seu curso por ocasião da decisão final da administração. Deste modo, o prazo prescricional só voltaria a fluir novamente depois de o pleito administrativo ser analisado com a respectiva deliberação da Administração Pública.

Neste sentido:

TJ-RS - Embargos Infringentes EI 70018240770 RS

EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES. COBRANÇA CONTRA MUNICÍPIO POR OBRA E SERVIÇOS. PRESCRIÇÃO. SE FOI PROTOCOLADO PEDIDO ADMINISTRATIVO, NÃO FLUI PRESCRIÇÃO DURANTE A SUA TRAMITAÇÃO, MESMO QUE TENHA DEMORADO VÁRIOS ANOS, SOB PENA DE O PODER PÚBLICO SE BENEFICIAR COM A PRÓPRIA OMISSÃO. EXEGESE DO ART. 4º E PARÁGRAFO ÚNICO DO DECRETO 20.910 /1932. EMBARGOS INFRINGENTES ACOLHIDOS POR MAIORIA. (Embargos Infringentes Nº 70018240770, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, Julgado em 04/05/2007)

TJ-RS - Apelação Cível AC 70048577415 RS

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. PRESCRIÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 151 DO CTN. NÃO-FLUÊNCIA DE PRAZO DECADENCIAL OU PRESCRICIONAL ATÉ A CITAÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA. No caso do ICMS, o prazo prescricional começa a fluir a partir da constituição do crédito tributário. A interposição de recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário, não fluindo o prazo decadencial ou prescricional até o julgamento definitivo na esfera administrativa. Inteligência do artigo 151, III, do CTN ...

TJ-DF - APELAÇÃO CÍVEL AC 20010150016342 DF

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. PRESCRIÇÃO. SUSPENDE-SE O PRAZO PRESCRICIONAL, COM A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

Por todo o exposto, ocorrendo dano ao erário, advindo da atuação no âmbito administrativo, não há que se falar em prescrição, por outro lado e ainda que fosse hipótese de prescrição, entendemos que o decurso de prazo prescricional, durante a tramitação de processo administrativo estaria suspenso.

Conforme transcrito, o Recorrente argumentou que os serviços (consultas) foram efetivamente prestados e dessa forma não deveria haver a devolução integral dos valores recebidos pelo hospital.

Importante observar que a equipe de auditoria informa que foram realizados atendimentos na maioria das especialidades, os quais foram comprovados por meio da análise dos prontuários e FAAs, bem como que a partir de entrevistas com o gestor de acompanhamentos, à época, ficou constatado: que os médicos eram acessíveis; que quando acionados não ocorreram atrasos e que as internações eram realizadas sob os cuidados de médicos/especialidades que acompanhava os pacientes até a alta.

Nesse sentido, nossa opinião, S.M.J, é de que deverá ser mantida a penalidade de advertência e de forma parcial a medida corretiva de devolução, com vistas a obedecer a proporcionalidade e razoabilidade, sendo feito cálculo dos valores relativos as especialidades cujos atendimentos foram comprovados por meio dos prontuários e FAAs, os quais deverão ser descontados do valor a ser restituído, permanecendo a devolução com referência àquelas especialidades em que não houve comprovações de atendimentos, bem como de plantonistas à disposição.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade do recurso administrativo foram atendidos. No entanto, que não foram apresentadas justificativas aptas para afastar a irregularidade indicada no item 4 (constatação 659657), situação em que deverá ser mantida a penalidade aplicada ao SMS de Formiga.

Quanto aos itens 3 (constatação 659656) e 5 (constatação 659658), consideramos que foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastar as irregularidades ou demonstrar que as necessárias correções estavam em andamento à época de apresentação do recurso administrativo, situação em que nossa opinião é pelo cancelamento das penalidades aplicadas ao SMS.

No que se refere aos itens 1(constatação 659654) e 2(constatação 659655) /Relatório Final SMS, destacamos que não foram apresentas justificativas para as irregularidades apontadas, as quais não foram objeto de análise por parte desta Junta de Recursos.

Do mesmo modo, referente aos itens 6 (constatação 659648), 7 (constatação 659649), 8 (constatação 659650), 9 (constatação 659652) e 10 (constatação 659653)/Relatório Final Santa Casa de Caridade de Formiga, também não foram objeto de análise tendo em vista a ausência de manifestação específica.

Por derradeiro, em relação a Penalidade e Medida Corretiva de Devolução de Recursos referente à constatação nº 11 (659651), sugerimos a manutenção da Penalidade de Advertência Escrita e de forma parcial a medida corretiva de devolução, devendo ser feito o cálculo dos valores relativos às especialidades cujos atendimentos foram comprovados por meio dos prontuários e FAAs, os quais deverão ser descontados do valor a ser restituído, conforme apontado no presente parecer.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 12 de julho de 2024.

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **92672616** e o código CRC **6819781D**.

Referência: Processo nº 1320.01.0041275/2022-03

SEI nº 92672616